



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2006 a DEZEMBRO/2006

3º QUADRIMESTRE DE 2006

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 e considerando a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005.

TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 3º Quadrimestre de 2006, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

O Tribunal de Contas, para o exercício das competências definidas nos artigos 58 e 59 da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, conta com um corpo deliberativo de 07 (sete) Conselheiros, 04 (quatro) Auditores e um quadro funcional de 463 (quatrocentos e sessenta e três) servidores técnicos e administrativos.

Estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas “[...] qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.” (artigo 58, parágrafo único da Constituição Estadual).

O Tribunal de Contas fiscalizou, no 3º quadrimestre do exercício de 2006, 144 unidades gestoras, sendo 109 unidades do Estado, ou seja: 01 Procuradoria Geral do Estado, 85 Secretarias de Estado, 02 Autarquias, 01 Fundo Especial, 18 Sociedades de Economia Mista e 02 Fundações. Nos Municípios foram analisadas 35 unidades, sendo 33 Prefeituras e 02 Autarquias Municipais.

As despesas do Tribunal de Contas estão demonstradas nas tabelas abaixo:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO TCE/SC EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – Janeiro/2006 a Dezembro/2006.

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	57.984.171,27
Pessoal Ativo	36.688.669,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	21.295.501,91
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de terceirização (art. 18 § 1º da LRF)	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	10.789.160,72
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.899.347,14
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ¹	6.889.813,58
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) 2	2.768.567,58
Contribuições Patronais	2.768.567,58
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	49.963.578,13
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.376.828.375,34
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V) * 100	0,68
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,80%	59.014.627,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,76%	56.063.895,65

FONTE: CI, DAF e SEF

¹ Valores referentes aos somatórios da Contribuição Previdenciária e Obrigações Patronais dos servidores ativos e inativos;

² Valores referentes à movimentação financeira concedida ao Regime Próprio da Previdência Social relativos à Contrib. Patronal.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	14.953.489,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	17.624,64
Disponibilidade Financeira	14.953.489,00	Depósitos	17.624,64
Caixa	-	Restos a Pagar Processados	-
Bancos	14.953.489,00	Do Exercício	-
Conta Movimento	4.480,38	De Exercícios Anteriores	-
Contas Vinculadas	-	Outras Obrigações Financeiras	-
Aplicações Financeiras	14.949.008,62	<Identificação das obrigações mais relevante do Poder ou órgão >	
Outras Disponibilidades Financeiras	-		
SUBTOTAL	14.953.489,00	SUBTOTAL	17.624,64
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	14.935.864,36
TOTAL	14.953.489,00	TOTAL	14.953.489,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			439.640,50
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			14.496.223,86
DÉFICIT		SUPERÁVIT	14.496.223,86

FONTE: CI, DAF e SEF

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR		
	Inscritos		Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não
	Processados	Não Processados	
			por Insuficiência Financeira

	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício	Pagar Não Processados	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SC	-	-	439.640,50	14.935.864,36	-
TOTAL	-	-	439.640,50	14.935.864,36	-

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscrito por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
RECURSOS DO TESOUREO-RECURSOS ORDINÁRIOS	-	-	439.640,50	14.935.864,36	-
TOTAL	-	-	439.640,50	14.935.864,36	-

FONTE: CI, DAF e SEF

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES

LRF, art. 54 - Anexo VIII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	R\$ % SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Meses (IV) = (I - II + III)	49.963.578,13	0,68
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	59.014.627,00	0,80
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	56.063.895,65	0,76

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	439.640,50	14.935.864,36

FONTE: CI, DAF e SEF

Florianópolis, 29 de janeiro de 2007.

Otávio Gilson dos Santos
Conselheiro Presidente do Tribunal
de Contas do Estado de Santa Catarina

Wilson Dotta
Diretor Geral de Planejamento e
Administração

José Roberto Queiroz
Diretor de Administração e Finanças

Otávio José Bolsoni
Coordenador do Controle Interno